

Só o Brasil corrige a escola

Tomando carona nas eleições, a campanha "Só a Escola Corrige o Brasil" tem se mostrado criativa e inovadora. Pelos critérios publicitários usuais, vem sendo considerada bem-sucedida. No entanto, é de se perguntar: surtiu algum efeito prático? Educação dá voto? Como ficam as coisas no segundo turno?

Não só estamos ficando para trás, mas cada vez mais para trás

A posição do eleitor parece clara. De um lado, conforme comprovam diversas sondagens de opinião, educação é uma das três ou quatro prioridades da maioria da população, ao lado de saúde, emprego e segurança. A campanha contribuiu muito, esclarecendo à população que não são construções escolares ou posições demagógicas que vão resolver o problema. Mas, apesar dos avanços registrados, a grande maioria do eleitorado ainda não possui instrumentos suficientes para articular sua demanda por uma educação de qualidade junto aos políticos. Isso ainda vai levar tempo.

Resta aos candidatos convencer a grande faixa de eleitores desesperançados, descrentes e céticos. Essa faixa do eleitorado sabe o que quer, entende a qualidade de educação de que precisa e vota nulo ou em branco por convicção. Saberão os futuros governadores responder às suas inquietações e apresentar propostas educacionais articuladas e convincentes?

É impressionante como a população brasileira está à frente da classe política. Até nas classes mais pobres, quem pode procura uma educação de qualidade para os seus filhos. Nossos governantes, no entanto, fazem parte de um pequeno grupo de pessoas que insistem em desconhecer a importância de uma educação básica de qualidade. E, pior, ignoram o estrago que a incompetência e inação dos governos dos Estados, em matéria educacional, vêm causando ao País.

Até recentemente, os países com aspiração a se tornar desenvolvidos acreditavam na teoria de que, com o desenvolvimento tecnológico, bastaria investirem em educação para chegar no nível dos países mais ricos. O Brasil nem se incomodou. Os tigres despertaram, o gigante continua adormecido. Segundo recentes estudos do Ministério da Indústria

e Comércio, possuímos cerca de 2 mil empresas competitivas internacionalmente — ou seja, chegamos perto de Cingapura, um país de 3 milhões de habitantes, que exporta tanto quanto o Brasil.

Esses países que investiram pesadamente em educação de qualidade avançaram significativamente no seu grau de industrialização e desenvolvimento. No entanto, há um dado curioso, que deve nos preocupar ainda mais: nem esses países conseguiram superar a distância que os separa dos países mais

avançados, que continuam a avançar. Como explicar o fenômeno? Será que a educação não teria o efeito esperado no desenvolvimento e no aumento da produtividade? Estariam os nossos políticos corretos, ao condenar o Brasil à ignorância?

Recentes estudos sobre as relações entre educação e competitividade explicam esse fenômeno. Trata-se do conhecido princípio de Mateus, inspirado no versículo 29 do capítulo 25 do evangelista: "Porque a todo aquele que tem será dado mais, e terá em abundância". Ou seja, investimento em educação rende ainda mais nos países avançados educacionalmente. Enquanto isso, os que se recusam a usar os talentos que têm, ainda que poucos, se condenam à mediocridade: "Daquele que não tem, até o que tem lhe será tirado". Trocando em miúdos, não só estamos ficando para trás como estamos ficando cada vez mais para trás. Por falta de

educação.

Só o Brasil corrige a escola! Os debates do segundo turno oferecem aos candidatos a governador a chance de dizer a que vieram. Afinal, apesar dos esforços municipais meritórios e localizados, a liderança, os recursos e a alavancagem para a reforma da educação básica estão na mão dos governos estaduais. E, embora poucos, há exemplos do que é possível fazer.

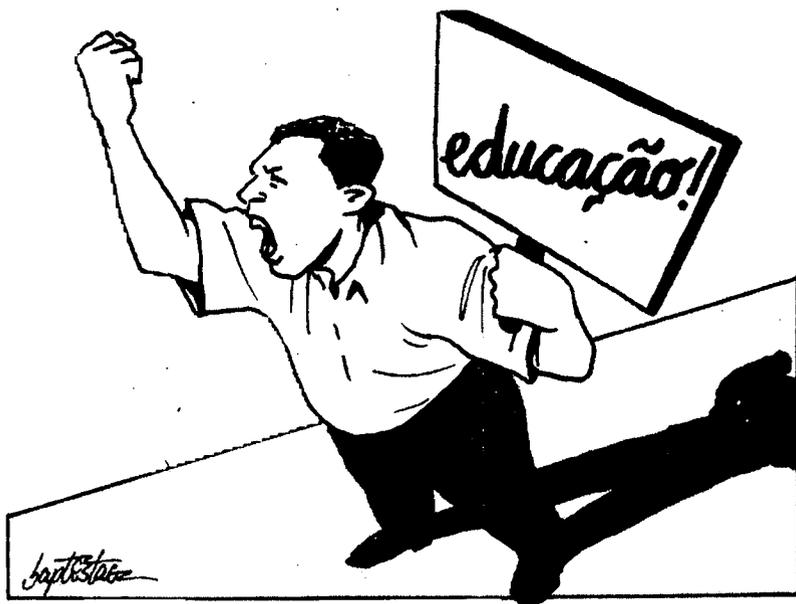
Com efeito, a reforma educacional empreendida no Estado de Minas Gerais, nos últimos quatro anos, dá uma boa idéia de por onde começar. Possivelmente, Minas é o único Estado brasileiro que conseguiu equacionar as questões-chave do ensino básico. A equação montada não depende, ao menos nos estágios iniciais, nem de recursos adicionais, nem de milagres. Os ingredientes são conhecidos de todos: ênfase na escola e na qualidade do ensino; definição clara dos espaços de autonomia e responsabilidade da escola e do diretor; envolvimento comunitário na co-gestão da escola; alocação direta e imparcial de recursos para a escola; garantia de um conjunto mínimo de materiais didáticos; avaliação externa, com informações retornando à escola para melhorar a qualidade do ensino. O segredo do sucesso: tomar todas essas medidas de uma vez. O requisito: coragem política e competência administrativa. É a vontade política de superar todas as dificuldades e adotar um conjunto completo e coerente de medidas que distingue Minas de outros Estados, que se contentaram em lidar apenas com alguns desses aspectos.

É forçoso reconhecer que a escola pública estadual de Minas Gerais ainda está longe do desejável. Muitos problemas ainda permanecem sem solução; outros receberam soluções parciais e não totalmente satisfatórias, como é o caso da renegociação das responsabilidades Estado-município e das questões relacionadas com as carreiras docentes. É possível que grande parte da população, incluindo professores, alunos e pais, ainda não tenha percebido o alcance da reforma, não tenha sentido seus efeitos, tenha compreendido mal os seus propósitos ou ainda não tenha se envolvido com a questão. É natural, também, que tenha havido muitas falhas de implementação e contrariedade de interesses em certas localidades.

Custa a aparecerem os resultados. Por conseguinte, é natural que tais reformas não tenham sensibilizado a classe política, nem se convertido em dividendos políticos imediatos. Mas isso não tira o mérito do empreendimento, ao contrário, valoriza a importância do compromisso dos políticos com a educação.

Dentro de poucas semanas, os eleitores indecisos vão escolher quem serão os últimos governadores que completarão seus mandatos ainda no século 20. Temos quase 500 anos de atraso no setor educacional e apenas quatro anos pela frente. Os novos governadores vão definir se a distância que nos separa dos países desenvolvidos será maior no início do século 21 do que era no fim do século 19.

Nem a retórica convencional nem as iniciativas demagógicas convencem o eleitorado que terá papel decisivo no segundo turno. Seria muito mais fácil e visível lançar campanhas de alfabetização, construir prédios escolares em beira de estrada ou aumentar demagogicamente os salários dos docentes, comprometendo recursos que os Estados não possuem. Mas isso não dá mais votos. Do que carecemos é de um sistema escolar de qualidade, que permita ao País ingressar de cabeça erguida no século 21. O caminho para a solução já foi apontado, o ponto de partida é a melhoria da escola. Afinal de contas, só a escola corrige o Brasil.



■ João Batista Araújo e Oliveira, especialista em educação, consultor permanente do Ministério da Educação, atua na área no Banco Mundial